

JOGOS OLÍMPICOS 2016 E POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER: reflexões a partir de professores universitários

Nathalia Sara Patreze¹

Cinthia Lopes da Silva²

Piracicaba, SP, Brasil

Ricardo Ricci Uvinha³

São Paulo, SP, Brasil

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo identificar e analisar as reflexões de um grupo de professores de Educação Física sobre as políticas públicas de esporte e lazer considerando o contexto da realização dos Jogos Olímpicos 2016. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica e de campo, em que se utilizou como técnica a entrevista semiestruturada. Foram entrevistados oito professores de Educação Física que atuam no Ensino Superior e na cidade do Rio de Janeiro. Como resultado, aponta-se que todos os professores mencionaram a falta de políticas públicas e como isso pode dificultar as ações relacionadas à educação para o lazer. Alguns professores indicam as instituições de ensino como espaços que podem e devem receber maiores incentivos para a construção e execução de políticas públicas de esporte e lazer.

Palavras-chave: Esportes. Política pública. Atividades de lazer.

OLYMPIC GAMES 2016 AND SPORT AND LEISURE PUBLIC POLICIES: reflections on university lecturers

ABSTRACT: This paper aims to identify and analyze the reflection on a group of Physical Education teachers about sport and leisure public policies in the context of the Olympic Games 2016. A bibliographic and field research was carried out, using semi-structured interviews as a technique. Eight Physical Education university lectures who work in Higher Education and in the city of Rio de Janeiro were interviewed. All teachers mentioned that public policies are lacking and this may hamper actions related to leisure education. Some teachers indicate the educational institutions as spaces that could and should receive greater incentives for the construction and execution of sports and leisure public policies.

¹ Mestre em Ciências do Movimento Humano (UNIMEP). Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Lazer, Práticas Corporais e Cultura (GELC) / CNPq. Email: nathaliapatreze@gmail.com

² Doutora em Educação Física (UNICAMP). Professora da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP). Coordenadora do Grupo de Estudo e Pesquisa em Lazer, Práticas Corporais e Cultura (GELC) / CNPq. Email: cinthiasilva@uol.com.br

³ Professor Titular da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo EACH/USP. Líder do Grupo Interdisciplinar de Estudos do Lazer da Universidade de São Paulo (GIEL/USP/CNPq). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2936-9453>. Email: uvinha@usp.br

Keywords: Sports. Public Policy. Leisure Activities.

JUEGOS OLÍMPICOS 2016 Y POLÍTICAS PÚBLICAS DE DEPORTE Y OCIO: reflexiones de maestros universitarios

RESUMEN: Este trabajo tiene como objetivo identificar y analizar la reflexión de un grupo de profesores de Educación Física sobre las políticas públicas de deporte y ocio considerando el contexto de los Juegos Olímpicos de 2016. Se realizó una investigación bibliográfica y de campo, utilizando entrevistas semiestructuradas como técnica. Se entrevistó a ocho maestros de Educación Física que trabajan en Educación Superior y en la ciudad de Río de Janeiro. Todos los maestros mencionaron que faltan políticas públicas y esto puede dificultar las acciones relacionadas con la educación para el ocio. Algunos docentes señalan a las instituciones educativas como espacios que podrían y deberían recibir mayores incentivos para la construcción e implementación de políticas públicas para el deporte y ocio.

Palabras-clave: Deportes. Política pública. Actividades recreativas.

Introdução⁴

O Brasil sediou uma série de megaeventos esportivos (ME), inclusive o maior evento esportivo do planeta: os Jogos Olímpicos (JO) de Verão, que aconteceram no ano de 2016. Os ME contemporâneos possuem características como: uma grande quantidade de pessoas envolvidas, altos investimentos financeiros, e a estruturação, principalmente da cidade sede para recebê-los. Assim, os recursos financeiros e as modificações estruturais podem significar melhorias nas condições de vida das pessoas e também oportunizar o acesso e a educação para o lazer, desde que sejam orientados para isto.

A literatura indica que os impactos e os legados sociais de ME podem ser tanto positivos como negativos (PREUSS, 2007; LIMA *et al.*, 2016; PREUSS *et al.*, 2016; REPPOLD FILHO, 2016; ROLNIK, 2016; LOPES DA SILVA *et al.*, 2017; ROBINSON, LOPES DA SILVA e PATREZE, 2017; VICO, UVINHA e GUSTAVO, 2019).

Os ME têm gerado preocupações por conta dos investimentos necessários para sua realização e dos impactos e legados sociais que deixarão, que podem ser tanto positivos como negativos, além de serem temas complexos e difíceis de serem mensurados. Deve-se ainda considerar todo o ciclo do evento, desde a candidatura, o planejamento e a preparação e, efetivamente, a realização. O que vem após o evento pode ocasionar efeitos de longo prazo, que podem não acontecer como o esperado ou demorar para serem mais significativos e de fato se tornarem um legado, deixando por vezes incógnitas e desconfiança a respeito da realização de ME.

⁴ Este artigo é fruto de uma pesquisa de Dissertação de Mestrado defendida em 2020 que recebeu apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Vico, Uvinha e Gustavo (2019) comentam que os impactos sociais e culturais dos ME são menos tangíveis, ou seja, mais difíceis de serem mensurados quando comparados aos impactos econômicos, que também são considerados complexos e difíceis, sendo que faltam avaliações após o evento, que é uma fase que necessita de gerenciamento. Gratton e Preuss (2008) sugerem que o legado pode demorar cerca de 15 a 20 anos para poder ser mensurado de forma satisfatória. Portanto, é fundamental pensar como os investimentos serão utilizados e distribuídos, tanto nos momentos de candidatura como também durante e após a realização, e como as reestruturações urbanas podem impactar nas desigualdades sociais (MELO e GAFFNEY, 2010). A gestão pós-evento deve fazer parte dos planos gerais para o desenvolvimento do tecido urbano e a comunidade em questão.

Na visão de Marcellino (2013), para que sejam maximizados os impactos e legados sociais positivos em decorrência dos impactos e legados sociais negativos no contexto da realização de ME, são necessárias políticas públicas que: 1) reconheçam as necessidades e possibilidades de intervenção para melhoria de vida da população; 2) democratizem os direitos sociais; 3) busquem a minimização de barreiras socioeconômicas e culturais (inter e intraclasses sociais); 4) garantam o acesso aos espaços e equipamentos de lazer; 5) realizem a manutenção; 6) garantam a formação profissional para atendimento ao público. Robinson, Lopes da Silva e Patreze (2017) constataram que, para se obter bons resultados de legados sociais, há a necessidade de uma gestão adequada e políticas públicas que permitam o acesso aos espaços e equipamentos de esporte e lazer.

Os JO demandam um grande investimento financeiro, mas sua realização também pode oportunizar o exercício da democracia e da cidadania, e o aprimoramento de políticas públicas de esporte e lazer (MARCELLINO, 2013). O lazer e a educação são direitos sociais previstos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Assim sendo, é dever do Estado e direito do cidadão o acesso ao lazer e à educação.

De acordo com Requixa (1980, p. 52), a função educativa do lazer possui “inegável importância social”. Para o autor, a educação para o lazer deve equilibrar a relação entre trabalho e lazer, exaltando a importância do lazer e do “valor emprestado ao tempo livre”, a conscientização da importância deste tempo e o discernimento para as escolhas das atividades, sendo que, em uma sociedade que prioriza “ter mais do que ser mais”, a educação para o lazer assume relevância, pois pode confrontar estes valores capitalistas com outros mais solidários e colaborativos a partir de visões racionais para uma ‘arte de viver’” (REQUIXA, 1980, p. 56), confrontando as “perspectivas instrumentais e utilitaristas que dão prioridade aos aspectos técnicos das atividades culturais no lazer, em detrimento à compreensão das relações e mediações humanas nelas vividos” (PINTO, 2008, p. 46).

Isso significa valorizar a relevância do lazer para a vida humana, priorizar o desenvolvimento pessoal e social, e as relações humanas e sociais que podem

acontecer no tempo disponível, ou seja, que este tempo não seja apenas destinado à indústria cultural, direcionada ao consumismo, mas que possa contribuir para a construção de visões mais críticas e criativas a respeito das atividades de lazer e de outros contextos, gerando até mesmo novas perspectivas de mundo, e de sociedade. Requixa (1980), destaca que até mesmo nos países desenvolvidos faltam iniciativas de educação para o lazer, para o aproveitamento do tempo livre, o que influencia nas escolhas por atividades, pois alguns indivíduos não as diversificam, refletindo e representando características maçantes do trabalho, como agitação e preocupações.

Daí, a importância de facilitar-se a iniciação para o aprendizado de atividades de lazer [...] É, através delas, que o indivíduo iniciado disporá de melhores condições, de maior incentivo, ou para escolher entre as possibilidades que se lhe oferecem, ou para aprimorar-se e melhor usufruí-las. É uma aprendizagem que naturalmente se faz, com a aprendizagem dos próprios valores do lazer (REQUIXA, 1980, p.58).

Ainda sobre a educação para o lazer, Marcellino salienta que sua função “[...] implica na necessidade de difundir seu significado, esclarecer a importância, incentivar a participação e transmitir informações que tornem possível seu desenvolvimento ou contribuam para aperfeiçoá-lo” (MARCELLINO, 2012, p. 55). O autor também aponta como possibilidade na educação para o lazer e sua vivência, a mudança de níveis elementares para superiores e críticos, como um mecanismo de combate aos conteúdos divulgados pelos meios de comunicação em massa, já que proporciona o alcance de níveis mais críticos, conscientizando os sujeitos a uma forma de pensar mais criativa e gratificante. “Além disso, as barreiras impostas pelos preconceitos e pelas várias correntes ideológicas, verificadas no plano cultural, poderão ser relativizadas com mais facilidade, à medida que o lazer vá sendo convenientemente entendido em termos dos seus valores e funções” (MARCELLINO, 2012, p. 55).

Com base em tal fundamentação teórica, este trabalho tem como objetivo identificar e analisar as reflexões de um grupo de professores universitários de Educação Física (EF) da cidade do Rio de Janeiro sobre as políticas públicas de esporte e lazer, considerando o contexto da realização dos Jogos Olímpicos (JO) 2016, na tentativa de identificar se as políticas públicas referentes ao evento trouxeram melhorias neste setor e oportunidades de educação para o lazer. Assim, este artigo visa contribuir para as reflexões acadêmicas sobre o campo dos ME em sua articulação com a EF, o lazer e as políticas públicas.

Metodologia

Trata-se de um estudo qualitativo (MINAYO, 1994), no qual foi realizada uma pesquisa bibliográfica e de campo. A pesquisa bibliográfica foi realizada no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES - <http://www.periodicos.capes.gov.br/>), utilizando o termo “Jogos Olímpicos 2016”, no período de março de 2019. Como critérios de inclusão/exclusão, limitou-se a busca a publicações feitas nos anos de 2016 a 2019.

Foram encontrados 166 artigos no total, dos quais optamos por avaliar o título dos artigos revisados por pares, que somavam um total de 127 textos. Após a leitura do título dos 127 artigos, foram excluídos os que não tratavam especificamente dos JO ou da cidade do Rio de Janeiro, e foram excluídos os artigos que apenas mencionavam a palavra JO, mas não tinham a temática como principal objeto de estudo. Devido a tal fato, foram selecionados 22 artigos, dos quais realizou-se a leitura dos resumos e a partir daí ocorreu a seleção de 13 artigos considerados relevantes para a realização deste estudo. Como critério de inclusão, foram selecionados artigos que trazem enfoques das Ciências Humanas e Sociais sobre os JO e sobre a cidade do Rio de Janeiro. Para a leitura, análise e interpretação dos textos selecionados na fase da pesquisa bibliográfica, foram adotadas as diretrizes metodológicas propostas por Severino (2016).

A pesquisa de campo foi realizada com base em Minayo (1994), Duarte (2002) e Triviños (1987). Utilizou-se a técnica de entrevista semiestruturada (TRIVIÑOS, 1987) e um roteiro de perguntas. Para a seleção dos sujeitos, o primeiro passo foi o de selecionar as instituições de ensino existentes na cidade. Para tal, foi utilizado o portal do Ministério da Educação.⁵ Após a identificação das instituições, foi realizada uma visita nos respectivos sítios eletrônicos para identificar o corpo docente. Como último passo da identificação, foi utilizada a Plataforma Lattes para o acesso aos sujeitos e a leitura de seus currículos, para a verificação dos possíveis participantes da pesquisa. Selecionamos os professores que adotam correntes teóricas socioculturais, ou seja, que possuem experiência profissional e/ou acadêmica relacionada à cultura corporal de movimento, ao esporte, ao lazer, às políticas públicas e/ou à gestão esportiva. O contato inicial com os professores selecionados foi realizado por e-mail por meio da mesma plataforma.

Foram contatados 33 professores e 17 professoras, somando um total de 50 docentes. Desses docentes contatados, 11 retornaram nosso e-mail inicial confirmando a possibilidade de contribuir com nossa pesquisa. Apesar do aceite destes docentes, conseguimos realizar entrevistas com oito professores, considerando que alguns professores que num primeiro momento haviam confirmado sua participação não retornaram contato.

Consideramos esse número de professores entrevistados como uma possível limitação do estudo. No entanto, entende-se que na seleção da amostra selecionou-se um grupo específico, formado por professores de Educação Física universitários

⁵ Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>

cadastrados na Plataforma Lattes e com experiências em lazer, em esporte, nas políticas públicas e/ou na gestão esportiva, envolvidos com aspectos socioculturais da EF. Um grupo de professores universitários de Educação Física com experiências em outros temas poderia ter trazido uma amostra mais significativa, porém adversa do tema central deste estudo.

Apesar das limitações da amostra atual, ressaltamos a importância de pesquisas com a técnica de coleta de dados por meio de entrevistas semi-estruturadas como a realizada neste trabalho, pois elas trazem importantes dados qualitativos que podem coletar as reflexões de um grupo bem específico de pessoas. É importante ressaltar que, além dos critérios relacionados à experiência profissional dos professores, eles também atuam em universidades localizadas na cidade do Rio de Janeiro, e dessa forma estão inseridos no contexto da cidade sede dos JO 2016. Os professores entrevistados mostraram-se interessados em contribuir e forneceram dados relevantes, que poderão ser utilizados na realização futura de ME e na construção de políticas públicas.

Entrevistamos oito professores de EF que atuam em universidades da cidade do Rio de Janeiro. Utilizamos letras do alfabeto (A, B, C, D, E, F, G, H) para nos referirmos aos professores entrevistados. Esses sujeitos nos trazem dados de suas perspectivas sobre os JO 2016, sobre a cidade do Rio de Janeiro e também referentes ao esporte e lazer no Brasil, que seguidamente foram interpretados com base na literatura. Para este artigo, a pergunta-chave adotada foi: o que você pensa sobre as políticas públicas de esporte e lazer no Brasil e o contexto dos JO 2016? Para a sistematização da pesquisa, foi utilizado o laboratório de Corporeidade e Lazer/REDE CEDES, localizado na UNIMEP. A realização da pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNIMEP, mediante o parecer de número: 2.921.205.

Resultados

O **Quadro 1** apresenta as respostas dos professores referentes a questão: o que você pensa sobre as políticas públicas de esporte e lazer no Brasil e o contexto dos JO 2016? Em seguida apresentamos as declarações dos professores entrevistados.

Quadro 1 - Reflexões dos professores sobre as políticas públicas de esporte e lazer considerando o contexto dos JO 2016

POLÍTICAS PÚBLICAS	PROFESSOR (ES)
Alto investimento nos JO 2016	A
Pouca, má utilização dos espaços e equipamentos contruídos	A, C
Falta de projetos, programas (continuidade)	A, C, D
Más condições políticas públicas (federal, estadual, municipal)	A, D, H
Falta de políticas públicas, legados	A, B, C, D, E, F, G, H
Falta de uma política nacional de esporte e lazer	A, B, F
Má influência das federações na gestão	A, C, E
Fomentar o esporte e o lazer nas instituições de ensino, necessidade de incentivo/ má utilização instituições	A, B, E / B
Avanços políticas públicas	C, D, E, H
Baixo orçamento nas políticas públicas de esporte e lazer	D
Pioridade alto rendimento, crescimento	C, D, E
Construção de equipamentos em áreas militares	F, G
Necessidade de maior incentivo da iniciativa privada	H

Fonte: Elaborado pelos autores.

De acordo com o professor A, o investimento financeiro relacionado aos JO 2016 foi alto, mas ainda não é possível ver os resultados, pois os espaços construídos não estão sendo tão bem utilizados, sendo que poucos projetos foram desenvolvidos. Ainda para tal professor, as políticas públicas se encontram em más condições e a administração municipal não conseguiu manter alguns projetos, onde reside a falta de uma política pública nacional que também se enquadra como um problema, agravado com a troca de gestão das administrações, e a má participação das federações na gestão esportiva. Para o professor, uma das possibilidades para reversão desse quadro seria fomentar o esporte e o lazer nas instituições de ensino, como as universidades e as escolas, podendo contribuir para as crianças e alunos de todos os níveis que estão em formação, inclusive do nível superior, em que poderia-se vivenciar de forma mais condizente com a realidade. Segue uma parte de sua fala que indica as instituições de ensino como mecanismos que podem favorecer uma mudança:

[...] ou vem um projeto a nível nacional e aí eu acho que a grande diferença no resultado é que o dinheiro não fosse para a gestão pública, para funcionar em parceria com as instituições de ensino, a universidade tem esse espaço aqui, se você precisa fomentar você poderia treinar um grande número de crianças, e os alunos que estão em formação vivenciassem essas oportunidades (Professor A).

No dizer do professor B, a falta de um planejamento nacional para o esporte é o principal problema relacionado às políticas públicas de esporte e lazer no Brasil, sendo que as escolas também não são bem utilizadas como poderiam e deveriam ser para a promoção de esporte, lazer e atividade física. Em sua visão, seria necessário um incentivo maior às instituições e aos professores. Eis um trecho de sua declaração que sugere tais constatações:

O Brasil não tem um planejamento nacional para o esporte, para atividade física, eu acho que as escolas são exageradamente mal utilizadas para se chegar a esse objetivo, eu acho que se os professores de Educação Física tivessem um respaldo dos governos municipal, estadual e federal, e um planejamento que contemplasse recursos humanos adequados, instalações adequadas, formação continuada, eu acho que nós teríamos índices inclusive melhores na questão da saúde do país (Professor B).

O professor B enfatiza a questão da escola como sendo uma das principais instituições que podem contribuir na educação para o lazer, principalmente a disciplina EF e os projetos extracurriculares. O entrevistado ressalta a importância da educação para o lazer e, principalmente, para o conteúdo físicoesportivo, do movimento. Em seu ponto de vista, a escola é pouco utilizada para estimular as crianças e os adolescentes à prática de lazer, de esporte e de atividade física, pois gera algumas “questões inconvenientes” (aspas do professor), como o suor, o barulho, as brigas e os machucados, fatores em seu ver constantemente presentes. Tal professor explica seus pressupostos na seguinte argumentação:

[...] muita gente se afasta disso para que não se transforme em um problema, aí reproduz um modelo medieval de escola, que o movimento fica excluído, isso está fazendo, está formando uma geração de pessoas que não sabem se exercitar [...] você foi educada para se alimentar, para dormir, para saber estudar, e você também tem que ser educado para saber se movimentar, agora se isso não é proporcionado às crianças do país, elas crescem mal educadas neste quesito (Professor B).

Segundo o professor C, os JO 2016 não apresentaram legados de políticas públicas de esporte e lazer, e alguns programas e projetos deixaram de ser financiados. Argumenta ainda que, apesar do Brasil ter obtido o melhor resultado em JO na referida edição, após a competição, alguns programas (como o Bolsa Atleta e o Bolsa Equipe) deixaram de existir, ou se mantiveram de forma parcial. A falta de utilização do centro da cidade, como o *Boulevard* Olímpico, e de outros espaços e equipamentos também são mencionados como problemas. Para tal entrevistado, a péssima influência das federações e das entidades esportivas na repartição de recursos e orçamentos também se apresenta como um transtorno para as políticas esportivas e de lazer. Ainda que o professor C mencione aspectos negativos em relação às políticas públicas de esporte e lazer, este ressalta que houve avanços na área na gestão do governo do Partido dos

Trabalhadores (PT), pelo próprio fato da política pública existir, com ações como a criação do Ministério do Esporte, o estatuto do torcedor, o investimento em pesquisa por meio da rede de Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer (CEDES), o maior incentivo privado e a aproximação com a sociedade, e o debate acumulado sobre políticas públicas, que antes sequer existiam. No entanto, no dizer do professor, o momento atual é de desmonte de políticas sociais. A seguir parte de seu relato que representa alguns dos aspectos mencionados:

[...] de toda a forma, eu acho que é possível dizer que nesses quatorze anos do PT teve avanços significativos e que agora estão estacionados ou regrediram em função depois do governo Temer e agora provavelmente desse governo que agora começa, não temos muita esperança que essas sejam pautas prioritárias [...] a gente voltou ao patamar anterior, foi só um suspiro aí dessa década de megaeventos que agora, enfim, já está tudo esquecido de novo (Professor C).

De acordo com o professor D, o orçamento destinado às políticas públicas de esporte e lazer no Brasil é muito baixo. Em sua opinião, houve crescimento em tal pasta apenas com a preocupação relacionada ao fomento do esporte de alto rendimento. Além disso, o entrevistado comenta que tem sido uma batalha contínua para que o esporte e lazer conquistem legitimidade e importância, visto que uma série de programas estão praticamente extintos. Eis um recorte de sua posição com relação à isso:

[...] como a parcela do orçamento destinado ao esporte é insignificante, e mesmo quando cresce, ela cresce diretamente atrelada ao esporte de alto rendimento, aos grandes eventos e muito pouco a oferta do direito social ao esporte e lazer, no caso brasileiro isso marca na nossa virada e isso se agudiza de uma forma ainda pior nos anos pós golpe e agora no governo Bolsonaro você nem imagina o caos anunciado [...] com o corte de repasses federais muitas cidades não só no Rio, interromperam seus programas [...] então é uma luta constante para que a área do esporte e lazer ganhe legitimidade e reconhecimento, e a constar, no esporte de rendimento, para mim, isso foi um problema porque isso não é garantia de maior participação de brasileiros e brasileiras em atividades esportivas e de lazer (Professor D).

Na opinião da entrevistada E, a realização dos JO proporcionou crescimento ao esporte de alto rendimento. No entanto, ela menciona que um dos problemas é a falta de políticas públicas e a hegemonia das federações. Para a professora E, ainda não foi possível ver o resultado social, de utilização de espaços e equipamentos pela população, em que considera que as instituições de ensino possibilitam alterar este quadro de falta de políticas públicas:

Foi um grande avanço, apesar das controvérsias, todos os problemas, eu acho que foi um grande avanço na área do esporte, principalmente do alto rendimento, e a gente já tem que unir forças, não deixar só as federações dominarem essa questão, as universidades, os acadêmicos de EF, os professores, as escolas tem que se envolver mais nessa questão [...] Porque

o espaço escolar é um espaço de ludicidade, de brincadeira também, de desenvolvimento de todos os aspectos, físico, social, psicológico, enfim, não é só, e se a escola pode oportunizar isso, porque não? (Professora E).

O professor F afirma que as políticas de esporte e lazer são feitas erroneamente, e que estão muito relacionadas às instituições militares. Para o professor, faltam investimentos para que os equipamentos públicos de esporte e lazer possam ser utilizados para a iniciação esportiva e de lazer, ainda mais na cidade do Rio de Janeiro, em que alguns locais não possuem infraestrutura. Para tal professor, a falta de uma política nacional de esporte e lazer efetiva é um problema, pois as ações não conseguem ser mantidas nas trocas de gestão:

As políticas públicas precisam ser uma política de estado, não política de governo, partidária, ela precisa ter um contínuo assim como políticas educacionais, para que a gente possa tanto atender aspectos do ponto de vista da atividade e exercício físico, do ponto de vista do lazer e do ponto de vista de formação dos atletas, então é preciso pensar num continuum disso (Professor F).

Ainda de acordo com tal professor, as discussões sobre as políticas públicas de esporte e lazer no contexto da EF são subvalorizadas, principalmente comparadas à biomecânica e ao treinamento esportivo, sendo necessárias mais discussões sobre as questões socioculturais e políticas, que também se relacionam e impactam com e no exercício físico. Destaca também a importância de se apropriar e de se discutir os ME, os JO, fato que não ocorreu no Brasil. Para ele, os professores deveriam ter tido um olhar mais acadêmico sobre o evento, aproveitando a oportunidade para apresentar e discutir a temática com os alunos, tanto no ensino superior como nas escolas:

O que aquela aula traz para aquele aluno, levar para a vida dele, refletindo nesse sentido, no caso dos megaeventos, de como aquilo poderia ter sido melhor aproveitado e como a partir dessa consciência ele pode direcionar suas ações futuras, seja do ponto de vista da política, ou no próprio cotidiano, enquanto isso não acontecer, tanto os cursos de formação quanto o próprio cotidiano profissional é subutilizado por um potencial que é muito grande (Professor F).

O professor G afirma que, no momento anterior aos JO 2016, alguns projetos estavam sendo desenvolvidos, mas foram interrompidos após a sua realização. Ele reconhece que não houve um projeto efetivo de políticas públicas. Outro aspecto indicado pelo professor se refere à melhoria de infraestrutura em áreas militares, que poderiam ter gerado legados também para a sociedade civil:

Antes do período Olímpico, em 2012, quando se tinha a ideia da Copa do Mundo de 2014, até 2016, nós tivemos alguns projetos, mas depois disso está escasso, não vejo projetos esportivos com a mesma quantidade que existiam, ainda existem alguns de fomento federal, mas pouca coisa, não foi

uma perspectiva de implementação para a população, tinham projetos para a terceira idade, para as crianças, passado seis meses das Olimpíadas nós não tínhamos mais nada, então de fato não há projeto de políticas públicas efetivo de forma alguma aqui [...] houve melhorias sim, mas muitas coisas que foram feitas foram em áreas militares, que continuam sobre tutela dos militares, ginásios que foram construídos em Deodoro, se construiu um ginásio exclusivo das forças armadas, então são coisas que são estranhas né (Professor G).

O professor H identificou como positiva a questão das políticas de esporte e lazer. No entanto, ao contrário dessa perspectiva, entende que está se passando por um período de atual desmonte do governo federal. Em seu entendimento, não haveria recursos no governo estadual do Rio de Janeiro, e sua capital estaria sob intervenção fiscal, demandando assim um cenário de grandes mudanças. Para tal professor, o esporte precisaria começar a se desprender do poder público, com maior aporte financeiro da iniciativa privada:

Eu acho que a gente passou e está passando por um período de desmonte do governo federal, não tem recursos no governo estadual, o Rio de Janeiro hoje passa por um regime fiscal que estão sob intervenção, né, a gente não tem como, e o município ainda não se recuperou, é um período de grandes mudanças, é impressionante que o esporte, embora tenha se profissionalizado ainda precisa muito do poder público, né, a gente ainda não conseguiu enquanto movimento se desvincular do poder público para continuar andando (Professor H).

Em geral, foram identificadas nas falas dos professores entrevistados, percepções positivas e negativas sobre as políticas públicas de esporte e lazer no Brasil com a realização dos JO 2016. Neste cenário verifica-se que há mais percepções negativas do que positivas sobre tal evento. Os aspectos negativos se referem, majoritariamente, à falta de políticas públicas e de legados, como a pouca ou má utilização social dos espaços e equipamentos construídos, considerando que os investimentos foram altos; Salieta-se ainda a falta de projetos e de programas, bem como a continuidade dos mesmos, como também o baixo orçamento destinado ao setor; Ressalta-se também diversos outros aspectos, como a falta de uma política nacional de esporte e lazer, a prioridade de investimento no esporte de alto rendimento, a construção de equipamentos em áreas militares, a má influência das federações na gestão, e as más condições das políticas em todos os níveis de governo. Ainda que este último aspecto negativo descrito tenha sido mencionado, alguns professores veem avanços nas políticas de esporte e lazer, sugerindo que as instituições de ensino devem ser os principais locais a receber investimentos para incentivar a prática de atividades esportivas e de lazer, assim como, fomentar a educação para o lazer. Tais aspectos positivos e negativos serão discutidos a seguir.

Discussão

Algumas das compreensões dos professores a respeito das políticas públicas de esporte e lazer no Brasil e o contexto dos JO 2016 se aproximam. Para os professores A, B, C e G os espaços, inclusive os que foram construídos em função dos JO 2016, não estão sendo utilizados como poderiam, assim como os espaços esportivos, o *Boulevard Olímpico* e até mesmo as instituições de ensino. Os entrevistados mencionam que o legado, enquanto política pública, não aconteceu como esperado, e que em nenhuma edição dos JO aconteceu a apropriação dos equipamentos pela população após sua realização. É possível identificar que houve uma grande reestruturação da cidade do Rio de Janeiro em função dos JO 2016, principalmente de sua área central, conhecida como região portuária (*Boulevard Olímpico*) e também a construção de espaços e equipamentos esportivos na região da Barra da Tijuca. Assim, compreende-se que isso é um fator positivo. No entanto, assim como indicam os professores, ainda não foi possível garantir o acesso das pessoas a estes locais, que apesar de serem destinos turísticos da cidade, não possuem ações consistentes em termos de políticas públicas de esporte e lazer como poderiam oferecer, principalmente direcionadas às populações mais pobres e socialmente vulneráveis.

Entre outras fontes, verificou-se o site oficial Rede Nacional do Esporte e o Plano de Políticas Públicas - Legado dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, no qual há a menção aos governos municipal, estadual e federal, à Autoridade Pública Olímpica (APO) e ao Comitê Rio 2016. Este plano contempla 27 projetos de políticas públicas, e concentra suas ações, principalmente, em obras de infraestrutura e mobilidade. Já como uma das promessas de legado na área de “desenvolvimento social”, o governo municipal do Rio de Janeiro descreve a montagem de quatro escolas da Arena do Futuro, com a previsão de conclusão no 3º trimestre de 2017. De acordo com o site, “após os Jogos, a Arena do Futuro será desmontada e transformada em quatro escolas municipais, cada uma com capacidade para 500 alunos. Três ficarão na região da Barra e Jacarepaguá e uma, em São Cristóvão” (BRASIL, 2014).

No entanto, a promessa de legado relacionado à educação esportiva e para o lazer, do uso dos espaços e equipamentos pelo público, como a transformação de arenas em escolas e espaços de prática esportiva e de lazer não aconteceu⁶. Com relação ao esporte escolar, Graeff, Bretherton e Piggitt (2016) e Almeida (2016) mencionam que um estudo feito com professores desses setores demonstrou desconhecimento por parte dos entrevistados sobre o Dossiê de Candidatura, o planejamento e os legados para estimular o esporte e que nunca houve tentativa de aproveitamento dos JO para estimular o esporte escolar.

⁶ As arenas do Parque Olímpico, que seriam transformadas em escolas e equipamentos esportivos, estão literalmente abandonadas. Informação disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/arenas-do-parque-olimpico-que-seriam-transformadas-em-escolas-equipamentos-esportivos-estao-abandonadas-1-24085959>. Acesso em: 18 nov. 2019.

Fato semelhante foi demonstrado pelo estudo de Romano, Tomazzoni e Uvinha (2019) a respeito do setor do turismo em sua relação com os ME no Brasil. Os resultados demonstraram que boa parte das metas estabelecidas no Plano Nacional de Turismo [PNT] não foram cumpridas e que os ME não confirmaram a expectativa de que seriam a grande oportunidade de expansão dos indicadores turísticos do Brasil.

Diante deste quadro, entende-se que faz sentido as considerações sobre a falta de legado para o esporte, turismo e lazer se for levado em conta que países e cidades sede têm adotado diversos motivos para a realização de ME que não estão relacionados somente ao contexto esportivo e de lazer, mas sim ao desenvolvimento econômico, à reestruturação urbana, aos benefícios sociais e políticos, à visibilidade mundial, e aos lucros advindos de patrocínios. Portanto, os tipos de legados podem receber diferentes ênfases em diferentes edições de ME (ALMEIDA, 2016; LIMA *et al.*, 2016; MENDES e LEGROUX, 2016). A literatura tem sugerido que o principal significado da realização de ME está associado à reestruturação urbana das cidades, com o objetivo de posicioná-las e exibi-las globalmente, e reposicionar o país e a cidade enquanto potência econômica e global (ALMEIDA, 2016; MENDES e LEGROUX, 2016; ROLNIK, 2016; FAGERLANDE, 2017; VAZQUEZ, 2017; MASCARENHAS, 2018; VICO, UVINHA & GUSTAVO, 2019).

No caso dos JO 2016 tal panorama também se destacou, ou seja, a visibilidade do país e da cidade sede (do Brasil e do Rio de Janeiro) representaram o principal significado da realização do evento, sendo que sua principal motivação esteve relacionada à agenda política externa do país, e ao fato de serem os primeiros JO de Verão realizados na América do Sul (ALMEIDA, 2016; GRAEFF, BRETHERTON e PIGGIN, 2016; AMÉRICO E MARGADONA, 2017; MASCARENHAS, 2018). Assim, o maior objetivo dos Jogos parece ter sido o de mostrar o vigor econômico do Brasil naquele momento, tentando fortalecer sua parceria com outros países e organizações e se posicionar enquanto líder regional na América do Sul considerando que seriam os primeiros JO no continente. Depreende-se daí a constatação de que o esporte e o lazer não parecem ter sido tomados como as principais motivações dos JO 2016.

Vazquez (2017), Mascarenhas (2018) e Mendes e Legroux (2016) mencionam que os JO 2016 estiveram associados a uma lógica de governança neoliberal e empresarial, “flexível e *market friendly*” (MENDES; LEGROUX, 2016), com o intuito de tornar a cidade do Rio de Janeiro competitiva para o mercado, gerando as condições necessárias e propícias aos investimentos e à acumulação de capital, com a intervenção do Estado na garantia da remodelação do espaço urbano em favor da especulação imobiliária. De acordo com os autores, a realização de ME e as reestruturações que visam uma lógica capitalista pelo Estado acaba favorecendo o mercado, mesmo que com um discurso de bem estar social, ocasionando exclusão e segregação socio espacial. Para Mendes e Legroux (2016), a especulação imobiliária no contexto dos ME funciona como dinâmica econômica de acumulação de capital. Os autores utilizam-se da seguinte argumentação:

o circuito da acumulação urbana se perpetua na medida em que a produção do espaço construído (ligado ao setor de obras, de serviços coletivos, as camadas favorecidas da sociedade) segue sendo seu próprio objeto de acumulação urbana (MENDES; LEGROUX, 2016, p. 23).

Para Vazquez (2017), a urbanização contribui para a expansão dos recursos capitais, sendo que o mercado imobiliário é o principal canal de escoamento do capital, assim como para seus excedentes. Países e cidades tem desencadeado processos de reestruturação urbana com o objetivo de atrair e movimentar o mercado imobiliário e o turismo, produzindo e concentrando centros financeiros e de consumo.

Além disso, os entrevistados A e E apontam que o Parque Olímpico é distante das comunidades e não há ações para que se tenha acesso a ele. Para o entrevistado G, não houve um plano efetivo de políticas públicas que garantisse o acesso aos espaços e equipamentos. Almeida (2016, p. 71) menciona que se os governos compreendem que os JO tem o potencial de impulsionar o esporte, o lazer e a atividade física “[...] ele precisa investir em estratégias paralelas mais próximas a comunidades locais e oferecer meios e oportunidades de engajamento direto para as pessoas”. De acordo com Santos, Rechia e Vivan (2019, p.77) o lazer, enquanto uma importante dimensão da vida humana e assegurado pela Constituição Federal de 1988 como direito social, para que se efetive, seja reconhecido e experienciado como tal, é necessário a garantia de “[...] acesso à educação formal, não-formal e informal, que tenha como foco a cidadania”.

É consenso entre os professores A, B e F a necessidade de uma política nacional de esporte e lazer que não seja uma política de governo, partidária, pois troca-se de gestão e muitas ações não conseguem se manter. Portanto, é imprescindível que haja a continuidade das intervenções. O entrevistado D menciona que há uma luta constante para que o esporte e lazer tenham legitimidade. Para Santos, Rechia e Vivan (2019, p. 77) até mesmo a EF, enquanto disciplina curricular, luta por sua legitimação e importância: “[...] a Educação Física como disciplina curricular ainda luta para legitimar sua importância na escola, e junto a ela o lazer busca espaço para ser desenvolvido nesse ambiente”.

O entrevistado F ressalta a importância da diferenciação dos termos atividade/exercício físico, lazer/esporte, bem como suas manifestações na construção e execução de políticas que sejam direcionadas de acordo com as especificidades de cada temática envolvida. Almeida (2016), Graeff, Bretherton e Piggim (2016), e Mascarenhas (2018) argumentam que há certa confusão dos conceitos de esporte, atividade física e exercício físico. É fundamental considerar os conceitos de lazer, de esporte, e de atividade física de um ponto de vista sociocultural, enquanto manifestações humanas, que podem ter diferentes significados para diferentes pessoas. É preciso compreendê-los também a partir de concepções das Ciências Humanas, valorizando o conceito de cultura. Neste sentido, tais conceitos seriam alinhados como construções socioculturais, que se relacionam com o contexto histórico e exercem e recebem influências da e na sociedade, representando suas próprias características. Portanto, não estão alheios às

transformações sociais, sendo passíveis de serem ressignificados. Assim, essas considerações são fundamentais na construção e execução de políticas públicas. Valorizar este tipo de perspectiva sociocultural não significa recusar seu caráter biológico, das Ciências Naturais, mas ampliar sua concepção e seus saberes, reconhecendo suas relações com a sociedade (BETTI, 1989; RUBIO, 2002; BRACHT, 2005; MARCELLINO, 2008; VELOZO, 2009).

De acordo com os professores A, B, D, F e G faltam recursos e se investe pouco nas políticas públicas de esporte e lazer. O entrevistado A menciona que as entidades esportivas, como o COB, por exemplo, investe pouco no esporte. O entrevistado B menciona que se investe pouco nas instituições de ensino, que é o principal local para a educação esportiva e de lazer. O entrevistado D indica que há diversos estudos que comprovam que o orçamento destinado ao esporte e lazer é muito baixo, insignificante. Para o entrevistado F e G as políticas estão atreladas à órgãos e bolsas militares, e se investe pouco em outras possibilidades.

Para os professores A, B e E, o certo seria o fortalecimento das instituições de ensino, que são mal utilizadas, pois se houvesse a possibilidade das escolas e das universidades receberem incentivo financeiro para fomentar o esporte por meio de parcerias com outras organizações haveria a possibilidade de modificar a situação atual. Entende-se que a visão dos professores corrobora com Santos, Rechia e Vivan (2019, p.77), quando utilizam-se da seguinte argumentação:

Entendemos que a escola pode (e deve) ampliar o rol de conteúdos disponíveis em relação às escolhas dos sujeitos, no tempo e espaço de lazer, capacitando-os a participar da organização da cultura que se dá nesse fenômeno e compreender as questões hegemônicas que se estabelecem durante esse tempo.

As mesmas autoras supracitadas compreendem a função da escola com base no artigo 205 da Constituição da República Federativa do Brasil, o qual indica o pleno desenvolvimento da pessoa, o preparo para a cidadania e para o trabalho. Portanto, para as autoras, o lazer é uma das possibilidades para a construção da cidadania. Sua tematização é essencial no âmbito escolar, pois pode propiciar a consciência do direito ao lazer, e também contribuir para transformação da visão que se tem de um tempo apenas de descanso, compensatório, alienado e de distração da realidade. Os autores pontuam que: “Portanto uma educação cidadã e mais especificamente a educação para o lazer tem a possibilidade de empoderar os indivíduos e torná-los emancipados” (SANTOS, RECHIA, VIVAN, 2019, p. 88).

Pinto (2008) caracteriza a relação entre lazer e educação “como processo/produto de formação humana”. De acordo com tal autora, a função educativa do lazer depende tanto de conhecimentos específicos sobre o tema como também de qualificação pertinente à formação e atuação no âmbito político, ético e estético que se concretizam nas vivências de lazer, como forma de propiciar igualdade de oportunidades e

diversidade de práticas culturais. A autora sugere que a função política da educação para o lazer se concretiza a partir da vinculação com a realidade, de sua compreensão, de formas de “[...] conhecê-la e de nela interagir com liberdade de expressão e de trocas de experiências entre diferentes sujeitos e grupos nesse processo” (p. 49).

Santos, Rechia e Vivan (2019, p.84) também entendem a compreensão e a leitura da realidade dos sujeitos como função e importante exercício na educação para o lazer:

Essa análise da realidade de qualquer ação cotidiana permite a reflexão sobre as atitudes que tomamos todos os dias e se elas realmente refletem o que desejamos para as nossas vidas, pausa necessária para todos os cidadãos, principalmente àqueles que se encontram no processo de formação inicial escolar e que passam por todas as variações físicas e psicológicas do crescimento e amadurecimento, de crianças para adolescentes e adultos jovens.

Pinto (2008) descreve a função ética da educação para o lazer como sendo a autonomia, a liberdade e a responsabilidade dos sujeitos e grupos, e o processo educativo do lazer pode estimular o desenvolvimento e a vivência de valores éticos como “[...] tolerância, justiça, cooperação, solidariedade, respeito mútuo, confiança e outros” (PINTO, 2008, p. 49). Já a função estética da educação para o lazer é fundamentada “[...] no desenvolvimento da sensibilidade, autoconhecimento, reconhecimento e valorização da diversidade cultural” (PINTO, 2008, p. 49).

Segundo os professores C e D, houve avanços e crescimento nas políticas públicas de esporte e lazer, assim como uma consolidação do próprio debate sobre as políticas de esporte e lazer, pois na visão do entrevistado C, antes não havia um debate acumulado sobre a temática das políticas públicas de esporte e lazer, e que o conhecimento a respeito do assunto trouxe profundidade ao tema. Para o professor D houve crescimento, dado que, principalmente, direcionado ao esporte de alto rendimento e os ME. No entanto, para os professores o momento atual é de desmonte de políticas públicas, pois alguns programas e projetos foram praticamente extintos, como o Programa Segundo Tempo (PST), o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e o Programa Mais Educação, sendo que os projetos que se mantiveram sobrevivem em condições precárias.

Em concordância com as proposições dos professores, reconhecemos que a própria criação do Ministério do Esporte em 2003, representou um avanço nesse sentido, pois trouxe maior emancipação para o esporte, que antes tinha diferentes configurações, e em algumas delas, compunha pastas governamentais e não um Ministério próprio. O desmonte do Ministério do Esporte representa um retrocesso para a área, pois voltou a ser uma secretaria (Secretaria Especial do Esporte), estando vinculada ao Ministério da Cidadania, o que pode significar menor representatividade, autonomia e influência sobre o orçamento da União.

Ao avaliar as políticas públicas de esporte e lazer, considerando o período de 2003 a 2018 e a realização de ME no país, Carneiro, Athayde e Mascarenhas (2019) indicam que apesar da maior parte dos investimentos terem sido em infraestrutura e ME, as políticas de esporte e lazer receberam diferentes prioridades considerando este recorte temporal. Por exemplo, no governo Lula a maioria dos recursos foram destinados à infraestrutura para o esporte, educação, lazer e inclusão social (Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social) e outra parte relevante foi para a realização de ME; no governo Dilma a prioridade foi a destinação de recursos para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e Jogos Rio 2016; e no governo Temer os gastos foram em gestão e infraestrutura.

Ainda em harmonia com a visão dos professores, Carneiro, Athayde e Mascarenhas (2019) constataram que em um primeiro momento os planos do Ministério do Esporte estavam vinculados à garantia de acesso ao esporte e lazer por meio dos projetos e programas sociais (PST, PELC), e com a realização dos ME tais políticas foram secundarizadas em função da realização dos ME e maior investimento no esporte de alto rendimento (Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento – SNEAR).

Considerações finais

Todos os professores mencionaram que faltam políticas públicas e legados, assim como também sintetizaram aspectos da realidade atual do setor, e os problemas e as dificuldades enfrentadas pelas políticas públicas de esporte e lazer no Brasil. Alguns professores indicam as instituições de ensino como espaços que podem e devem receber maiores incentivos para a construção e execução de políticas públicas de esporte e lazer, o que poderia contribuir para a reversão do quadro atual da falta de legados. Apesar dos aspectos problemáticos evidenciados referentes às políticas públicas de esporte e lazer, alguns professores sugerem que houve avanços nas políticas. No entanto, argumentam que o momento atual não tem sido positivo para o setor do esporte e lazer.

Defende-se aqui que as políticas públicas são fundamentais para se obter legados sociais positivos na realização de ME. Segundo Marcellino (2013), as políticas públicas de esporte e lazer devem reconhecer as necessidades e possibilidades de intervenção para melhoria de vida das pessoas, democratizando as questões referentes aos direitos sociais da população, assim como o esporte e o lazer, minimizando as barreiras socioeconômicas e culturais, inter e intraclasses sociais, garantindo maior acesso aos espaços e equipamentos de lazer, e realizar a gestão e manutenção dos mesmos, e formando profissionais para atender o público.

De acordo com as falas dos professores, o caso dos JO 2016 é emblemático no que se refere às políticas públicas de esporte e lazer. Os dados apontam que as intervenções não alcançaram o esperado em relação ao investimento feito, ou até mesmo a inexistência de ações. Além disso, o país vivenciou, e ainda vivencia,

momentos de crises, como problemas políticos e financeiros, o desmonte de políticas sociais, e a transição de governos, o que pode ter impactado as políticas relacionadas ao uso dos espaços e equipamentos, e o desenvolvimento de projetos que garantam a educação, o lazer, e a educação para o lazer. Os professores consideram a escola e outras instituições de ensino como locais que devem desenvolver a prática esportiva e de lazer, e indicam a necessidade de maiores e melhores investimentos.

Conclui-se enfatizando a necessidade de ações que garantam a educação e o lazer como direitos sociais. A educação para o lazer tem o potencial de trazer contribuições para a educação, para a formação humana, ética e política, como: educar os cidadãos para o reconhecimento da importância do tempo de lazer, e o próprio entendimento do termo lazer e seu aperfeiçoamento; o equilíbrio entre lazer e trabalho; maior compreensão da realidade e da sociedade, como das possibilidades, dificuldades, barreiras e os preconceitos existentes no acesso ao lazer; o confronto de valores capitalistas, promovendo a vivência de valores mais solidários e a valorização das relações humanas e sociais em detrimento do consumo; liberdade, autonomia, empoderamento e emancipação nas escolhas de atividades; compreensão, significação e reconhecimento das possibilidades e dificuldades para efetivação da educação e do lazer enquanto direitos sociais.

Evidencia-se assim a necessidade de estudos e estratégias para modificar o quadro atual, especialmente para as políticas públicas direcionadas ao lazer e à educação para o lazer. É necessário que os governos busquem alternativas para reverter a situação da falta de legado e de políticas públicas de esporte e lazer, dado a importância e o potencial do tema para a transformação social, construção da cidadania, apropriação de direitos sociais, minimização de barreiras sociais e a própria importância do lazer nas nossas vidas.

REFERÊNCIAS

AMÉRICO, M; MARGADONA, L. A. A fotografia dos Jogos Olímpicos Rio 2016: mídias sociais, memes e engajamento. **Rev. Discursos fotográficos**, v. 13, n. 23, p. 112-138, 2017.

ALMEIDA, B. S. de. Megaeventos esportivos, política e legado: o Brasil como sede da Copa do Mundo Fifa 2014 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. **Rev. Espacio Abierto Cuaderno Venezolano de Sociología**, v. 25, n. 2, p. 68-80, 2016.

BETTI, M. Esporte e sociologia. **Rev. Motrivivência**, Ano I, n.2, p.7-11, Junho 1989.

BRACHT, V. Cultura Corporal, Cultura de Movimento ou Cultura Corporal de Movimento? *In*: SOUZA JÚNIOR, M. **Educação Física Escolar: teoria e política curricular, saberes escolares e proposta pedagógica**. Recife: EDUPE, 2005. p. 97-106.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 03 jan. 2020.

BRASIL. Ministério do Esporte. Rede Nacional do Esporte. **Plano de Políticas Públicas**. 2014. Disponível em: <http://www.rededoesporte.gov.br/pt-br/legado/plano-de-politicas-publicas>. Acesso em: 08 nov. 2019.

CARNEIRO, F. H. S.; ATHAYDE, P. F. A.; MASCARENHAS, F. Era uma vez um ministério do esporte...: seu financiamento e gasto nos governos Lula, Dilma e Temer. **Rev. Motrivivência**, v. 31, n. 60, p.1-22, outubro/dezembro, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2019e65541>.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, março/ 2002.

FAGERLANDE, S. M. R. A favela é um cenário: tematização e cenarização nas favelas cariocas. **Rev. de Arquitectura**, v. 19, n. 1, p. 6-13, 2017.

GRAEFF, B.; BRETHERTON, P.; PIGGIN, J. Atividade Física e Jogos Olímpicos: reflexões a partir de Londres 2012 e Rio 2016. **Rev. Ciência e Cultura**, v. 68 n. 2, p. 37-43, 2016.

GRATTON, C; PREUS, H. Maximizing Olympic impacts by building up legacies. **The International Journal of the History of Sport**, v.25, p.1922-1938, 2008.

LIMA, E.; MAIA, T. S. T.; LOBOSCO, A.; MORAES, M. B. Megaeventos esportivos frente a pequenos eventos: reflexões considerando-se a realidade brasileira recente. **Rev. PODIUM, Sport, Leisure and Tourism Review**, v. 5, p. 89-110, 2016.

LOPES DA SILVA, C.; ROBINSON, T. M.; WALKER, M, B.; GARNET, R.; SILVA, W. M.; PATREZE, N. S. 2016 Olympic Games: social impacts for public parks goers. **Rev. CPAQV – Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida**, v. 9, n. 2, p. 1-10, 2017.

MARCELLINO, N. C. Lazer e sociedade: algumas aproximações. *In*: MARCELLINO, N. C. (org.). **Lazer e sociedade: múltiplas relações**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008. (Coleção estudos do lazer). p. 11-26.

MARCELLINO, N. C. (org.). **Estudos do lazer: uma introdução**. 5. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2012. (Coleção Educação Física e esportes).

MARCELLINO, N. C. Legados de megaeventos: abordagem geral. *In*: MARCELLINO, N. C. (org.). **Legados de Megaeventos Esportivos**. Papirus: Campinas, SP, 2013. p. 9-18.

MASCARENHAS, G. Justiça ambiental e produção do espaço nos Jogos Rio 2016: o paradoxo do Golfe Olímpico. **Rev. Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 32, e32541. 2018.

MELO, E. O. S.; GAFFNEY, C. **Mega-eventos esportivos no Brasil: uma perspectiva sobre futuras transformações e conflitos urbanos**. 2010. Disponível em: <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2014/08/Artigo-Megaeventos.doc>. Acesso em: 10

mar. 2018.

MENDES, A. F.; LEGROUX, J. BRT Transoeste: conflitos urbanos e contradições espaciais na “cidade atrativa”. **Rev. Direito & Práxis**, v. 7, n. 4, p-13-42, 2016.

MINAYO, M.C.S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 9-29.

PINTO, L. M. S. M. Lazer e educação: desafios da atualidade. *In*: MARCELLINO, N. C. (org) **Lazer e sociedade: múltiplas relações**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008. (Coleção estudos do lazer). p. 45-61.

PREUSS, H. Aspectos sociais dos Megaeventos Esportivos. *In*: RUBIO, K. (org.). **Megaeventos esportivos, legado e responsabilidade social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 13-35.

PREUSS, H.; SCHÜTTE, N.; KÖNECKE, T.; DACOSTA, L. Valores associados aos Jogos Olímpicos. **Rev. Ciência e Cultura**, v. 68 n. 2, p. 43-49, 2016.

REPPOLD FILHO, A. R. Jogos Olímpicos Rio de Janeiro 2016. **Rev. Ciência e Cultura**, v. 68 n. 2, p. 22-26, 2016.

REQUIXA, R. **Sugestão de diretrizes para uma política nacional de lazer**. 1. ed. São Paulo, [s.n.]. 1980. 103 p.

ROBINSON, T. M.; LOPES DA SILVA, C.; PATREZE, N. S. Rio 2016 Olympic Games and the social impacts of megaevents: a qualitative study. **Rev. Licere**, Belo Horizonte, v.20, n.3, p. 348-366, set. 2017.

ROLNIK, R. Jogos Olímpicos e direito à moradia adequada. **Rev. Ciência e Cultura**, v. 68, n. 2, p. 31-36, 2016.

ROMANO, F.S.; TOMAZZONI, E.L.; UVINHA, R. R. Megaeventos esportivos no Brasil e o Plano Nacional de Turismo 2013-2016: as metas de expansão turística. **Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade**, v.11, n.2, p.454- 475, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v11i2p454>.

RUBIO, K. Do Olimpo ao Pós-Olimpismo: elementos para uma reflexão sobre o esporte atual. **Rev. Paulista de Educação Física - USP**, v. 16, n. 2, p. 130-43, jul./dez., 2002.

SANTOS, K. R. V.; RECHIA, S. A.; VIVAN, A. T. Educação para o lazer em aulas de Educação Física: desvendando “boas práticas”. **Revista Científica Interdisciplinar - Instituto Federal do Paraná - IFPR Paranaguá**, v.5, n. 1, julho, 2019.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução a pesquisa qualitativa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VAZQUEZ, A. C. B. De cidade maravilhosa à cidade mercadoria: o Rio de Janeiro como valor de troca. **EM PAUTA, Rev. da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**, v. 15, n. 39, p. 224-238, 2017.

VELOZO, E. L. Cultura de movimento e identidade: a Educação Física na contemporaneidade. **Tese de Doutorado**. Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, 2009.

VICO, R. P.; UVINHA, R. R.; GUSTAVO, N. Sports mega-events in the perception of the local community: the case of Itaquera region in São Paulo at the 2014 FIFA World Cup Brazil, **Rev. Soccer & Society**, v.20, n.6, p.810-823, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1080/14660970.2017.1419471>.

Endereço para correspondência

Cynthia Lopes da Silva

Universidade Metodista de Piracicaba
Programa de Pós-graduação em Ciências do Movimento Humano, bloco 7
Rodovia do Açúcar, km 156 (SP-308), n.7000
CEP: 13.423-170 - Piracicaba, SP

Recebido em:

31/01/2020

Aprovado em:

15/05/2020